



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MARANHÃO
GABINETE DO 11º OFÍCIO**

Inquérito Civil - IC Nº 1.19.000.002226/2018-55

RECOMENDAÇÃO Nº5/2019-MS/PR/MA

Assunto: Criação do Instituto de Ciências do Mar (Icmar) no âmbito da Universidade Federal do Maranhão .

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por meio do Procurador da República signatário, no regular exercício de suas atribuições institucionais, com base nos arts. 127, caput, 129, incisos II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e XX e art. 6º, inciso XX da Lei Complementar nº 75/1993, vem expor e recomendar o que segue:

Considerando que o artigo 127 da Constituição da República preconiza que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, podendo, para garantir a efetividade desses direitos, expedir Recomendações, na forma do artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os termos do art. 129, inciso II, da Constituição da República, segundo o qual é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Considerando que consoante dispõe a Constituição da República de 1988, art.37, "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)";

Considerando que tramita nesta Procuradoria o expediente em epígrafe, que tem por objeto apurar notícia de irregularidades referentes a criação do Instituto Ciências do Mar (Icmar) no âmbito da UFMA;

Considerando que o art.14, inciso II, do Regimento Geral da Universidade Federal do Maranhão determina que "competê ao Conselho Universitário, órgão máximo deliberativo e normativo da Universidade aprovar alterações no Estatuto e no Regimento Geral

	PROCURADORIA DA REPUBLICA - MARANHAO	Av. Senador Vitorino Freire, N.º 52, Areinha - Cep 65030015 - São Luís-MA Tel. (98)32137158 - Fax: - Email:Prma-sac@mpf.mp.br
--	---	--



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MARANHÃO
GABINETE DO 11º OFÍCIO

da Universidade";

Considerando que o art.17 do Estatuto da Universidade Federal do Maranhão estabelece que "o Conselho Universitário é o órgão máximo deliberativo e normativo da Universidade, competindo-lhe decidir sobre as questões atinentes à política de ensino, pesquisa e extensão e às diretrizes administrativas em geral, bem como acompanhar a execução e avaliar os resultados das ações postas em prática";

Considerando que a 104ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário deliberou pela aprovação do Instituto Ciências do Mar, todavia com a supressão do art.2º da Resolução nº287-CONSUN que instituía o Icmar enquanto Unidade Acadêmica;

Considerando que na 104ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário foi constituída Comissão para elaboração do Regimento Interno do Icmar, estipulando prazo de 60 dias para conclusão dos trabalhos;

Considerando que na 104ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário restou estabelecido que a proposta de Regimento Interno elaborada pela Comissão deveria ser apreciada, discutida e aprovada ou reprovada pelo CONSUN;

Considerando que a Comissão, em reunião realizada no dia 30 de janeiro de 2018 (CONSUN 287/2017 - fl.630), apresentou e aprovou o Regimento Interno do Icmar enquanto Unidade Acadêmica com as respectivas assinaturas, sem submeter o documento a devida apreciação e aprovação do CONSUN;

Considerando que restou apurado nos presentes autos que a criação do Icmar se deu em contraposição ao que foi estabelecido na 104ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário, realizada em 30 de outubro de 2017;

Considerando que o ato administrativo precisa observar seus requisitos de validade para que possa produzir normalmente seus efeitos, e que a desconformidade do ato com as normas reguladoras enseja a sua invalidação, face a existência de vício de legalidade;

Considerando que a invalidação do ato opera *ex tunc*, vale dizer, produz efeitos retroativos à data em que foi emitido, bem assim enseja o desfazimento de todas as relações jurídicas que se originaram do ato inválido, o qual não se convalida pelo decurso do tempo;

Considerando que a invalidação pode ser feita pela Administração pública, com base no seu poder de autotutela sobre os próprios atos, inerente ao poder-dever geral de vigilância que a Administração deve exercer sobre os atos que pratica, entendimento

Assinado com login e senha por MARCELO SANTOS CORREA, em 11/04/2019 15:25. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 70436905.7DDCB887.3F1BC02F.ECEC80DE

	PROCURADORIA DA REPUBLICA - MARANHAO	Av. Senador Vitorino Freire, N.º 52, Areinha - Cep 65030015 - São Luís-MA Tel. (98)32137158 - Fax: - Email:Prma-sac@mpf.mp.br
--	---	--



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MARANHÃO
GABINETE DO 11º OFÍCIO

corroborado pelo STF por meio das Súmulas nº 346^[1] e 473^[2];

Considerando, por fim, que incumbe ao *Parquet* o papel de proteção da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127, caput, da Constituição da República de 1988, expedindo recomendações visando ao respeito a interesses e direitos que lhe cabe defender, **RESOLVE**, na forma do artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/93:

RECOMENDAR à Universidade Federal do Maranhão - UFMA que:

I) Em função da afronta ao Regimento Geral da Universidade, bem como, às deliberações do órgão competente, qual seja, o Conselho Universitário, com fundamento no poder de autotutela dos atos administrativos, ANULE os atos posteriores à 104ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário, realizada no dia 30 de outubro de 2017, que aprovou a criação do Icmar;

II) Na sequência, que FAÇA tramitar o processo de criação do Regimento do Interno do Icmar em consonância ao que restou estabelecido na 104ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário, garantindo, dessa forma, o estrito cumprimento dos normativos da Instituição, observando as seguintes medidas:

a) elaboração do Regimento Interno pela Comissão formada pelos Professores André Augusto Guimarães da Silva, Francisco José da Silva Dias, Marco Valério Jansen Cutrim, Rickley Leandro Marques, Rosane Nassar Meireles Guerra Libério e pelo discente Raphael Silva Braga;

b) após, proceda a submissão do Regimento Interno elaborado à apreciação do CONSUN para respectiva aprovação ou reprovação do documento e medidas que considerar necessárias.

A partir da data da entrega da presente recomendação, o Ministério Público Federal considera seu destinatário como pessoalmente ciente da situação ora exposta e, nesses termos, passível de responsabilização por quaisquer eventos futuros imputáveis a sua omissão.

Faz-se impositivo constar que a presente recomendação não esgota a atuação do Ministério Público Federal sobre o tema, não excluindo futuras recomendações ou outras iniciativas com relação aos agentes supramencionados ou outros, bem como com relação aos entes públicos com responsabilidade e competência no objeto.

Solicita-se ao destinatário, nos termos do artigo 6º, inciso XX, da Lei

	PROCURADORIA DA REPUBLICA - MARANHAO	Av. Senador Vitorino Freire, N.º 52, Areinha - Cep 65030015 - São Luís-MA Tel. (98)32137158 - Fax: - Email:Prma-sac@mpf.mp.br
--	---	--



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MARANHÃO
GABINETE DO 11º OFÍCIO

Complementar 75/93, que informe, **no prazo de 10 (dez) dias**, acerca do eventual acatamento da presente recomendação. No caso de acatamento, pede-se que informe a esta Procuradoria da República quais as providências a serem adotadas, inclusive com o encaminhamento de documentos comprobatórios, para acompanhamento futuro deste órgão ministerial.

Publique-se a presente recomendação no portal eletrônico do Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Maranhão.

Finalmente, remeta-se cópia deste ato à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para ciência.

Proceda-se às demais comunicações, registros e expedientes necessários.

São Luís, 10 de abril de 2019.

(assinado digitalmente)

MARCELO SANTOS CORREA
PROCURADOR DA REPUBLICA
 Procurador Regional dos Direitos do Cidadão

[1] Súmula 346: A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

[2] Súmula 473: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque dêles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

	PROCURADORIA DA REPUBLICA - MARANHAO	Av. Senador Vitorino Freire, N.º 52, Areinha - Cep 65030015 - São Luís-MA Tel. (98)32137158 - Fax: - Email:Prma-sac@mpf.mp.br
--	---	--